



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



FLB:	
PROC:	
DATA:	/ /
ASS:	

**TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA  
ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO  
PÚBLICO – CARGO / PROCURADOR MUNICIPAL**

**1. OBJETO**

1.1 – Prestação de serviços técnicos especializados, com apresentação de prova de Inscrição ou Registro na Entidade Profissional competente, visando ao planejamento, à operacionalização e à execução de Concurso Público de Prova Objetiva (de caráter eliminatório e classificatório), Prova Discursiva (de caráter eliminatório e classificatório), e de Apresentação dos documentos comprobatórios de títulos (de caráter classificatório), para provimento de vagas e cadastro de reserva para o cargo de Procurador Municipal – Classe 1, Nível I, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 1/2017.

1.2 - Atender às disposições constantes deste Termo de Referência e das etapas previstas no Cronograma de realização do Concurso Público.

**2. DO EDITAL DO CONCURSO**

2.1 – A Contratada, em comum acordo com a Procuradoria Geral do Município - PGM, bem como pela Secretaria Municipal de Administração e pelo Departamento de Recursos Humanos, deverá elaborar o Edital para o Concurso



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



FLB:	
PROC:	
DATA:	/ /
ASS:	

Público para o cargo de Procurador Municipal - Classe 1, Nível I, de acordo com as especificações apresentadas e a distribuição dos programas dos conteúdos constantes dos Anexos I a III.

2.2 – É dever da Contratada esclarecer no prazo estabelecido em cronograma de realização do certame, eventuais questionamentos dos pretendentes ao cargo, mesmo que ainda não inscritos no certame.

2.3 - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o edital do concurso, devendo protocolar o pedido em 3 (três) dias úteis após a sua divulgação, conforme cronograma de realização do certame, sendo que o referido cronograma será parte integrante do edital.

2.4 – O Edital será redigido de forma clara e objetiva, visando à perfeita compreensão de seu conteúdo pelos candidatos.

2.5 - A Contratada deverá encaminhar representante da empresa que tenha vínculo empregatício com registro em CTPS e/ou participação societária pelo prazo mínimo de 03 (três) anos, que seja detentor de nível superior e que detenha pleno conhecimento e poderes para revisão, alteração e ajustes necessários ao Edital.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



FLB:
PROC:
DATA: / /
ASS:

2.6 – O representante citado no item 2.5 deverá apresentar no ato da visita, 03 (três) cópias na íntegra do Edital, inclusive com seus anexos, em reunião agendada, conforme cronograma para a revisão geral do Edital.

2.7 – Conforme previsto em cronograma, caso apenas 1 (hum) dia não seja suficiente para todos os ajustes necessários, o representante deverá permanecer no Município até a conclusão do Edital, disponibilizando-o para publicação.

2.8 - Deverão constar do Edital os seguintes anexos:

- qualificação mínima exigida, jornada, vencimento inicial e taxa de inscrição;
- provas e número de questões;
- cronograma do Concurso;
- critérios / quesitos para prova discursiva;
- modelo de formulário para apresentação de recursos;
- as matérias com os respectivos programas e com indicações / sugestões bibliográficas;
- nota mínima de aprovação e o respectivo peso, se for o caso;
- atribuições do cargo;
- modelo de encaminhamento de títulos;
- outros que a Contratada julgar necessários.

FLB:	
PROC:	
DATA:	/ /
ASS:	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



2.8.1 – A Contratada deverá observar os seguintes critérios para as indicações e sugestões bibliográficas, a saber:

2.8.1.1 - É vedada a exigência de conteúdo programático em nível de complexidade superior ao necessário para o satisfatório exercício das funções do cargo ou que não tenha relação com suas atribuições.

2.8.1.2 - O conteúdo programático de cada disciplina será enunciado de forma precisa, a fim de permitir ao candidato a perfeita compreensão do assunto a ser exigido, vedada a citação genérica de grandes tópicos do conhecimento.

2.8.1.3 - Será assegurado ao pretendente ao cargo público, mesmo que ainda não inscrito no certame, o direito a receber os esclarecimentos necessários a respeito do conteúdo programático das provas, devendo a Contratada dar ampla publicidade à resposta do requerimento, obedecendo para tal o período entre a divulgação do edital e o término das inscrições.

2.9 - A Contratada deverá disponibilizar, na íntegra, o Edital e seus anexos através da rede mundial de computadores.

2.10 – O Edital de abertura de inscrições e demais atos do concurso público também deverão ser publicados no Órgão Oficial do Município, cuja circulação ocorre toda quinta-feira de cada semana.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



FLB:	
PROC:	
DATA:	/ /
ASS:	

2.10.1 - A publicação de que trata o item anterior também deverá se dar m forma de extrato em Órgão Oficial do Estado de Minas Gerais e em Jornal de circulação local.

2.10.2 – Para fins de acompanhamento e avaliação dos trabalhos da empresa Contratada, todos os arquivos devem ser remetidos para análise do Município Contratante até a terça- feira da semana da publicação.

### 3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 - A Contratada deverá realizar o processo de inscrições em período estabelecido no cronograma, devendo as inscrições serem realizadas exclusivamente pela **internet**, em sítio eletrônico próprio mantido pela Contratada.

3.1.1 - As inscrições deverão ser disponibilizadas em página da internet, na qual os candidatos poderão ler a íntegra do edital e se inscrever, com a possibilidade de imprimir e salvar em meio eletrônico seu comprovante de inscrição.

3.1.2 - O pedido de inscrição será formulado dentro do prazo definido em cronograma do edital e constará do preenchimento de uma ficha de inscrição, a qual conterà, além dos dados pessoais do candidato, outros dados importantes fixados no edital de inscrição, sendo que no ato de efetivação da mesma o candidato receberá protocolo de inscrição ou cartão de identificação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



FLB:	
PROC:	
DATA:	/ /
ASS:	

3.2 - A Contratada deverá disponibilizar todos os meios informatizados necessários para a realização dos trabalhos.

3.3 – A inscrição do candidato será condicionada ao pagamento da taxa de inscrição fixada no edital, ressalvadas as hipóteses de isenção expressamente previstas em edital do concurso.

3.4 - Será isento da taxa de inscrição o candidato que comprovar as exigências estabelecidas em legislação própria desde que atenda a uma das seguintes situações:

3.4.1 - estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, de que trata o [Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007](#); e

3.4.2 - for membro de família de baixa renda, nos termos do [Decreto nº 6.135, de 2007](#).

3.5 - A isenção mencionada no item 3.4 deverá ser solicitada mediante requerimento do candidato, contendo:

3.5.1 - indicação do Número de Identificação Social - NIS, atribuído pelo CadÚnico; e

FLB:	
PROC:	
DATA:	/ /
ASS:	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



3.5.2 - declaração de que atende à condição estabelecida no item 3.4.1 e 3.4.2.

3.6 – Será de competência da Contratada consultar o órgão gestor do CadÚnico para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato, bem como, a análise e julgamento de todas às solicitações.

3.7 - Em caso de indeferimento do pedido de isenção da taxa, o candidato deverá ser comunicado por meio eletrônico antes do término do prazo previsto para as inscrições.

3.8 - A inscrição pela internet impõe a adoção de processos de controle, segurança do procedimento e proteção contra fraude.

3.9 - Decorrido o prazo de inscrição, havendo inscrições indeferidas, será aberto prazo para interposição de recurso conforme determinado em edital.

3.10 - As inscrições terão seus dados realizados sob responsabilidade exclusiva do candidato, ficando o mesmo excluído do certame, quando da nomeação, se não apresentar as condições e exigências determinadas pelo edital.

3.11 - O candidato que não conseguir a expedição da confirmação da inscrição antes da realização da prova, poderá solicitar à Contratada do certame que



## PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



FLB:
PROC:
DATA: / /
ASS:

providencie meio alternativo de comprovação, o qual deverá ser fornecido ao candidato em até 2 (dois) dias úteis antes da prova.

3.12 - A Contratada deverá organizar as inscrições dos candidatos para formação de banco de dados, que será entregue ao Município em mídia eletrônica “Pen Drive”, conforme consta do cronograma.

3.13 – A Contratada deverá emitir relatório contendo dados cadastrais dos candidatos inscritos.

3.14 - As fichas de inscrição deverão ser entregues ao Município, para arquivamento, em ordem alfabética e de forma digitalizada.

3.15 – A Contratada deverá ter funcionários capacitados em número suficiente para prestar todo o suporte necessário ao cumprimento das etapas previstas no cronograma.

### **4. ESTIMATIVA DE CANDIDATOS**

A Prefeitura não possui dados para fazer uma estimativa do contingente de candidatos.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



FLB:
PROC:
DATA:     /     /
ASS:

## **5. DA PROVA OBJETIVA**

5.1 - A Contratada deverá revisar as questões das provas, sob a responsabilidade de equipe Técnica / Assessoria Pedagógica, não sendo permitida a cópia de prova objetiva já aplicada ou disponibilizada em sites da internet, o que significa que as questões deverão ser inéditas.

5.2 - As provas objetivas deverão ser compostas de 100 (cem) questões de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas cada uma, distribuídas conforme o anexo III, valendo 1,0 (hum) ponto cada questão, totalizando 100 (cem) pontos, de acordo com o programa previamente estabelecido no Anexo V e no Edital.

5.3 – As provas deverão ser elaboradas de maneira clara e objetiva, de forma a possibilitar ao candidato a compreensão do tema dado a julgamento, a partir do estabelecimento de padrão de compreensão médio do candidato e considerado o nível de escolaridade do cargo oferecido.

5.4 - É vedado o uso, nos enunciados das questões, de vocabulário ou nomenclatura técnica em desuso, abandonada ou rara, e de expressões, vocabulário ou construções fraseológicas que levem à ambiguidade, à dubiedade ou à imprecisão semântica, devendo a instituição organizadora utilizar a terminologia ordinária do padrão da língua culta.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



FLB:	
PROC:	
DATA:	/ /
ASS:	

5.5 - A utilização de palavras e expressões estrangeiras, sem a respectiva tradução, só será admitida quando consagradas pelo uso, no ramo de conhecimento específico da questão.

5.6 - Deverão ser anuladas:

5.6.1 - as questões objetivas com nenhuma resposta correta ou com duas ou mais respostas corretas, ainda que parcialmente corretas;

5.6.2 - as questões com enunciado redigido de maneira obscura ou dúbia;

5.6.3 - as questões com erro gramatical, de qualquer natureza;

5.6.4 - as questões que exigirem conteúdo programático não previsto no edital;

5.6.5 - as questões que versem sobre assuntos objeto de forte divergência doutrinária;

5.6.6 - as questões que forem cópias literais de outras já utilizadas em concursos públicos anteriores, da mesma ou de outra instituição organizadora;

5.6.7 - as questões de conteúdo flagrantemente não relevante para o exercício do cargo;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



FLB:	
PROC:	
DATA:	/ /
ASS:	

5.6.8 - as questões que reproduzirem literalmente dispositivo de lei ou ato normativo cujo sentido isolado seja divergente de sua interpretação sistemática com os demais dispositivos normativos sobre o assunto;

5.7 - A Contratada sofrerá multa de 1% (um por cento) do valor contratado para cada duas questões anuladas.

5.8 - A Contratada deverá formatar e imprimir os cadernos de provas e as folhas de respostas personalizadas.

5.9 - Ao final da prova objetiva a Contratada disponibilizará ao candidato o caderno de prova.

5.10 - A Contratada deverá embalar e lacrar os cadernos de provas e folhas de respostas em pacotes identificados, em conformidade com a alocação dos candidatos.

5.11 - Todo o material sigiloso inerente ao Concurso Público será acondicionado em malotes lacrados e transportados pela empresa Contratada, ficando esta responsável pela sua segurança e inviolabilidade.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



FLS:	
PROC:	
DATA:	/ /
ASS:	

5.12 - A Contratada resguardará o sigilo das provas, podendo seus agentes ser responsabilizados administrativa, civil e criminalmente por atos ou omissões que possam divulgar ou propiciar a divulgação indevida, no todo ou em parte, de provas, questões, gabaritos ou resultados.

5.13 - A Contratada deverá disponibilizar, no mínimo, 02 (dois) fiscais para cada sala de prova e 01 (um) fiscal para o corredor. Em havendo mais de 100 (cem) candidatos por sala, a Contratada deverá disponibilizar, no mínimo, 03 (três) fiscais para a sala de prova e 02 (dois) fiscais para o corredor.

5.14 - A Contratada deverá aplicar as provas às suas expensas e sob sua coordenação e supervisão, contando com pessoal próprio para coordenação dos locais de prova, capacitado para esse fim e dando treinamento e instruções ao pessoal a ser mobilizado, especificamente para composição da Equipe de Aplicação e Apoio.

5.15 - As provas escritas objetivas serão aplicadas obrigatoriamente no Município de Varginha, com datas, horários e locais a serem comunicados oportunamente por meio da imprensa escrita e/ou falada de circulação local, além de publicação no Órgão Oficial do Município e disponibilização nos sites do Município e da Contratada.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



FLB:	
PROC:	
DATA:	/ /
ASS:	

5.16 - O edital deverá indicar o calendário de provas, devendo a convocação para cada fase dar-se por meio eletrônico no sítio disponibilizado pela contratada, em prazo razoável, sempre em conformidade com o cronograma que será parte integrante do mesmo edital.

5.17 – A prova objetiva deverá ser realizada em um domingo.

5.18 - Todas as folhas de repostas da prova objetiva serão corrigidas por meio de processamento eletrônico.

5.19 - A nota da prova objetiva será igual à soma das notas obtidas em todos os itens que a compõem.

5.20 - Será reprovado na prova objetiva e eliminado do concurso público o candidato que obtiver nota inferior a 60 (sessenta) pontos, o que corresponde a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento.

5.21 - O candidato eliminado na forma do item anterior, não terá classificação alguma no concurso público.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



FLB:	
PROC:	
DATA:	/ /
ASS:	

5.22 - Os candidatos que não forem eliminados serão listados de acordo com os valores decrescentes da nota final na prova objetiva.

5.23 - O resultado final da prova objetiva e a convocação para a prova discursiva deverá ser, obrigatoriamente, além de disponibilizado no sítio eletrônico da Contratada e da Contratante, e também publicado no Diário Oficial do Município de Varginha.

5.24 - Os locais onde serão realizadas as provas ficarão sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Varginha, sendo que os cadernos de provas, gabaritos, material de apoio e de limpeza e/ou higiene, alimentos, coordenadores e aplicadores de provas, fiscais, porteiros, faxineiros e seguranças, serão de responsabilidade da Contratada.

5.25 – A Contratada será responsável pela organização atinente ao transporte de pessoal e do material a ser utilizado por ocasião da realização das provas, pela segurança, pelos primeiros socorros e pela comunicação entre os locais onde as provas serão realizadas e a Comissão de Concurso.

5.26 - Caberá à Contratada convocar, selecionar e treinar os coordenadores e fiscais para a aplicação das provas, bem como **responsabilizar-se pelo pagamento dos mesmos.**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



FLB:	
PROC:	
DATA:	/ /
ASS:	

**6 - DA PROVA DISCURSIVA**

6.1. - O local para realização da prova discursiva será disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Varginha.

6.2 – A prova discursiva deverá ser aplicada a todos os candidatos aprovados na prova objetiva que forem classificados até a 150ª colocação (candidatos à ampla concorrência).

6.2.1 – Todos os candidatos empatados na última posição de classificação serão admitidos às provas discursivas, mesmo que ultrapassem o limite previsto no item 6.2 deste Edital.

6.2.2 – O redutor previsto no item 6.2 deste Edital não se aplica aos candidatos inscritos para as vagas reservadas para pessoas com deficiência ou para negros (pretos e pardos), os quais serão convocados para a segunda etapa deste Concurso desde que tenham obtido a nota mínima exigida para todos os outros candidatos a que se refere o subitem 5.2.1 deste Edital, sem prejuízo dos demais 150 (cento e cinquenta) primeiros classificados.

6.2.3 – Os candidatos que não obtiverem classificação, observado o redutor previsto no 6.2 deste Edital, serão eliminados do Concurso.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



FLB:	
PROC:	
DATA:	/ /
ASS:	

6.2.4 – Os candidatos habilitados a se submeter à Prova Discursiva, deverão ser convocados com antecedência mínima de 10 (dez) dias, em três listas, por número de inscrição no Concurso, sendo uma lista geral, incluídos os candidatos com deficiência e negros ou pardos inscritos para as vagas reservadas, e outras duas somente com estes últimos, respectivamente, bem como será disponibilizada no sítio eletrônico da Contratada e da Contratante, e também publicado no Diário Oficial do Município de Varginha.

6.3. A prova discursiva valerá 100,00 pontos e será composta de:

- a) **03 (três) questões discursivas**, valendo 15,00 pontos cada, a serem respondidas em até 25 linhas cada, acerca de uma ou mais áreas constantes dos objetos de avaliação (habilidades e conhecimentos), nos termos do Anexo V deste Termo de Referência;
- b) **01 (uma) peça jurídica**, valendo 55,00 pontos, a ser confeccionada em até 120 linhas, acerca de uma ou mais áreas constantes dos objetos de avaliação (habilidades e conhecimentos), nos termos do Anexo V deste Termo de Referência;

6.4 - A prova discursiva será de caráter eliminatório e avaliará as habilidades pertinentes às funções do cargo.



FLB:	
PROC:	
DATA:	/ /
ASS:	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



6.5 – A prova discursiva será avaliada e pontuada segundos critérios a serem estabelecidos no Edital.

6.6– A prova discursiva será avaliada quanto ao domínio do conteúdo dos temas abordados - demonstração de conhecimento técnico aplicado, bem como quanto ao domínio da modalidade escrita da Língua Portuguesa.

6.6.1 – A prova discursiva de cada candidato será submetida a duas avaliações: uma avaliação de conteúdo e uma avaliação do domínio da modalidade escrita da Língua Portuguesa.

6.6.2 – A avaliação do conteúdo deverá ser feita por pelo menos 03 (três) examinadores com formação na área do Direito.

6.6.3 – A nota de conteúdo do candidato será obtida pela média aritmética de duas notas convergentes atribuídas por examinadores distintos.

6.6.4 – Duas notas de conteúdo da prova discursiva serão consideradas convergentes se diferirem entre si em até 25% da nota máxima de conteúdo possível na prova discursiva.

6.6.5 – Nos casos de fuga ao tema, ou de não haver texto, o candidato receberá nota no texto igual a zero.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



FLB:	
PROC:	
DATA:	/ /
ASS:	

6.6.6 – Será eliminado do concurso o candidato que não obtiver o mínimo de 60% (sessenta por cento) do total dos pontos distribuídos na prova discursiva ou que não pontuar em todas as questões da respectiva prova.

## **7 – DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DE TÍTULOS**

7.1 - A Contratada deverá analisar e avaliar os títulos apresentados pelos candidatos.

7.2 - As regras da análise de títulos deverão especificar:

7.2.1 - Os critérios de pontuação a ser obtida pela apresentação de cada título;

7.2.2 - o número máximo de pontos a ser obtido com os títulos.

7.3 - A análise dos títulos deverá seguir critérios objetivos e razoáveis, expressamente descritos no edital, de acordo com as atribuições e responsabilidades do cargo.

7.4 - Não serão aceitos títulos que não guardem relação com as atribuições do cargo em disputa, que firam a isonomia ou que tenham sido obtidos em data posterior à da publicação do edital do concurso.

FLB:	
PROC:	
DATA:	/ /
ASS:	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



7.5 - A apresentação dos documentos comprobatórios de títulos deverá ser realizada como etapa posterior às provas escritas e discursivas, e somente apresentarão os títulos os candidatos aprovados nas etapas anteriores ou que tiverem sua inscrição aceita no certame, respeitados os empates na última colocação e a reserva de vagas para os candidatos que se declarem negros ou pardos ou com deficiência.

7.6 – Não havendo candidatos que se declararam pessoas com deficiência aprovados na prova discursiva, serão convocados para a análise de títulos os demais candidatos da listagem geral de aprovados e classificados na prova discursiva, respeitados os empates na última colocação.

7.7 – Os candidatos não convocados para a análise de títulos serão eliminados e não terão classificação alguma no concurso.

7.8 – Os documentos comprobatórios de títulos não poderão ter peso superior a 10% (dez por cento) da nota total do concurso, ainda que a soma dos valores dos títulos apresentados seja superior a essa porcentagem.

## **8. DA AVALIAÇÃO MÉDICA E PSICOLÓGICA**

8.1 – Ficará a critério da Prefeitura do Município de Varginha, conforme legislação própria.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



FLB:	
PROC:	
DATA:	/ /
ASS:	

### **9. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO**

9.1 - Ao final da prova objetiva, a Contratada disponibilizará aos candidatos o gabarito no sítio eletrônico.

9.2 - A Contratada deverá analisar possíveis recursos administrativos interpostos em desfavor ao Edital, Provas, Gabaritos, Títulos, entre outros atinentes ao Concurso Público, emitindo parecer para subsidiar o julgamento final pela Comissão Especial de Concurso.

### **10. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E DE CLASSIFICAÇÃO**

10.1 - Todos os candidatos terão suas provas objetivas corrigidas por meio de processamento eletrônico.

10.2 - Será reprovado na prova objetiva e na prova discursiva e conseqüentemente eliminado do concurso público, o candidato que não obtiver acerto igual ou superior a 60% (sessenta por cento) e qualquer das provas referidas, ou zerar em qualquer das questões da prova discursiva.

10.3 - Na hipótese de igualdade no total de pontos entre os aprovados, o desempate de notas, para efeitos da classificação final, processar-se-á com critérios a serem estabelecidos no Edital do Concurso Público, sendo que em



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



FLB:
PROC:
DATA: / /
ASS:

persistindo o empate entre os candidatos, o último critério a ser aplicado será através do sistema de sorteio pela Loteria Federal.

10.3.1 – No caso de ser aplicado o critério de desempate através de sorteio pela Loteria Federal, a responsabilidade será da Contratada, podendo proceder a realização de ato público na sua sede, com filmagem do ato para posterior juntada do arquivo no dossiê do concurso.

## **11. DO CARTÃO RESPOSTA/PROVA**

11.1 - A Contratada deverá fornecer a confecção de cartões-respostas, conforme modelo próprio, discriminados através de etiquetas, eletronicamente personificados e codificados.

11.2 - Os cartões-respostas deverão ser entregues, em ordem alfabética, à Prefeitura de Varginha para o devido arquivamento.

## **12. DOS RECURSOS**

12.1 - É vedada a realização de prova ou fase de concurso sem previsão de recurso administrativo contra seu resultado.

12.2 - Todos os resultados dos recursos deverão ser objetiva e tecnicamente



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



FLB:	
PROC:	
DATA:	/ /
ASS:	

fundamentados, possibilitando ao candidato o conhecimento das razões de sua reprovação, inabilitação, inaptidão ou não recomendação.

12.3 – Caberá a Contratada assegurar ao candidato vista de todas as provas aplicadas e de seus resultados preliminares e definitivos, por meio de sistema eletrônico que possibilite a visualização e a impressão dos enunciados das questões e das respostas do candidato, inclusive do cartão-resposta das questões objetivas.

12.4 - O prazo para recurso contra o resultado de qualquer fase do concurso deverá ser de até 3 (três) dias úteis.

12.5 - A Contratada deverá disponibilizar sistema de elaboração de recursos por meio eletrônico via internet que permita ao candidato redigir e enviar seu recurso, com a funcionalidade de anexar arquivos magnéticos de texto ou figuras como auxílio à fundamentação do recurso, com fornecimento de número de protocolo e possibilidade de impressão e salvamento em arquivo magnético do comprovante.

12.6 – No caso de indisponibilidade do sistema eletrônico, comprovado pelo candidato, a Contratada deverá aceitar o envio de recurso por meio dos Correios, o qual deverá ser postado via sedex, com aviso de recebimento, no dia útil seguinte aos 3 (três) dias previstos para a interposição do recurso eletrônico.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



FLB:	
PROC:	
DATA:	/ /
ASS:	

12.7 - É vedada qualquer limitação no exercício da ampla defesa na apresentação dos recursos, especialmente no que se refiram a número máximo de caracteres, palavras, linhas ou páginas.

12.8 – Quanto às respostas aos recursos dos candidatos a Contratada deverá observar os seguintes critérios:

12.8.1 - Não poderão ser vagas ou genéricas;

12.8.2 - deverão descrever, em relatório sucinto, os principais argumentos utilizados pelos candidatos em seus recursos;

12.8.3 - deverão conter justificativa clara e objetiva, em relação aos principais argumentos utilizados pelo candidato recorrente, com fundamentação técnica da razão de provimento ou rejeição dos recursos;

12.8.4 - o julgamento de todos os recursos será motivado, de forma clara e congruente, devendo os pareceres dos especialistas ser disponibilizados na internet, com possibilidade de salvamento magnético e impressão pelo requerente;

12.8.5 - as decisões sobre os recursos, principalmente as indeferitórias, conterão ampla, objetiva e fundamentada sustentação, vedada a alegação vazia, obscura, evasiva, lacônica ou imprecisa.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



FLB:	
PROC:	
DATA:	/ /
ASS:	

### **13. DA ENTREGA DOS GABARITOS E CLASSIFICAÇÃO FINAL**

13.1 - Os gabaritos e a classificação final deverão ser entregues à Comissão Especial do Concurso, ao término do processo, em duas vias devidamente rubricadas, assinadas e encadernadas pela empresa contratada.

### **14. DO RECOLHIMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO**

14.1 - A taxa de inscrição do concurso público será recolhida em agência bancária a ser designada pela Prefeitura Municipal de Varginha, sendo que os valores serão destinados ao Município.

14.2 - Constará do Edital as hipóteses de isenção de taxa de inscrição cuja análise e deferimento será de competência da Contratada, conforme estabelecido no item 3.4.

### **15. DO PRAZO PARA REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS**

15.1 - Deverão ser prestados conforme prazos estabelecidos no cronograma, obedecendo aos prazos estipulados em legislação que versa sobre o assunto.

### **16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

16.1 - Caberá à Contratada o fornecimento de todo o material necessário à





**PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



FLB:
PROC:
DATA: / /
ASS:

aplicação das provas, folhas de assinatura, folhas de respostas, material de sinalização das salas, entre outros.

16.2 - Caberá à Contratada arcar com todas as despesas relativas à prestação dos serviços, tais como: tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários incidentes sobre os serviços, transporte, alimentação, hospedagem e materiais necessários à execução dos serviços.

16.3 - A Contratada assumirá inteira responsabilidade administrativa, penal e civil em razão de danos que possam ser causados ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão, culpa ou dolo, sua ou de seus prepostos.

16.4 - Caberá à Contratada prestar assistência jurídica, inclusive para eventuais ações em desfavor ao Edital, provas, gabaritos, títulos e resultado final.

16.5 – Caberá à Contratada responder perante aos órgãos competentes por todas as obrigações e encargos assumidos ou gerados em razão dos serviços contratados.

16.6 – O Município Contratante manterá contato com o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais para fins de aprovação do Edital, bem como se responsabilizará, em conjunto com a empresa Contratada, a quem caberá dar



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



FLB:	
PROC:	
DATA:	/ /
ASS:	

suporte legal / técnico no que couber, pelo atendimento a todos os atos normativos e necessários à realização do Concurso Público.

16.7 – A Contratada apresentará no encerramento do Concurso, ao Procurador-Geral do Município, Relatório Final em mídia eletrônica “Pen drive”, contendo o Edital, retificações, contato completo dos candidatos, classificação final com aprovados e reprovados, tudo realizado no prazo previsto no cronograma do Concurso.

16.8 – A Contratada deverá disponibilizar condições especiais para os candidatos portadores de deficiência, gestantes, lactantes e outros candidatos que necessitem.

16.9 – Caberá à contratada assegurar, as suas expensas, ao candidato com deficiência auditiva ou impossibilitado permanentemente de falar, o direito de realizar a prova oral por meio de comunicação com intérprete oficial da instituição organizadora, utilizando a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e os demais recursos de expressão a ela associados.

Varginha (MG), 29 de julho de 2019.

**EVANDRO MARCELO DOS SANTOS**  
**Procurador-Geral do Município**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



FLB:
PROC:
DATA: / /
ASS:

**ANEXO I**  
**VAGAS DISPONÍVEIS**

<b>NOMENCLATURA</b>	<b>CLASSE</b>	<b>NÍVEL</b>	<b>VAGAS PARA AMPLA CONCORRÊNCIA</b>	<b>VAGAS RESERVADAS PARA CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA</b>	<b>VAGAS RESERVADAS PARA CANDIDATOS AUTO DECLARADOS PRETOS OU PARDOS</b>	<b>VENCIMENTO</b>
<b>PROCURADOR MUNICIPAL</b>	<b>1</b>	<b>I</b>	<b>03+CR</b>	<b>01+CR</b>	<b>01+CR</b>	<b>R\$ 4.048,85</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



FLB:	
PROC:	
DATA:	/ /
ASS:	

**ANEXO II**

**REQUISITOS PARA O CARGO**

NOMENCLATURA	REQUISITOS (Lei Complementar Municipal nº 1, de 19 de dezembro de 2017)
<p><b>PROCURADOR MUNICIPAL – CLASSE 1, NÍVEL I</b></p>	<p>Art. 26. São requisitos cumulativos para a posse no cargo de Procurador Municipal, além daqueles exigidos nos termos da legislação municipal atinente aos servidores públicos, os seguintes:</p> <p>I – ter menos de sessenta e cinco anos de idade;</p> <p>II – ser bacharel em Direito, com inscrição definitiva na Ordem dos Advogados do Brasil;</p> <p>III – possuir dois anos de experiência profissional, computados após inscrição definitiva do candidato na Ordem dos Advogados do Brasil ou, ainda, pelo exercício de cargo ou função pública privativos de bacharel em Direito, nos termos da Lei;</p> <p>IV – ter aptidão física e psíquica, comprovadas por laudo da perícia médica designada pela Administração Pública Municipal;</p> <p>V – ter boa conduta, comprovada por atestados negativos de antecedentes criminais, obtidos junto às Polícias Civil e Federal e certidões negativas de antecedentes criminais, obtidas perante às Justiças Estadual e Federal;</p> <p>VI – estar quite com o serviço militar, quando for o caso;</p> <p>VIII - estar em pleno gozo dos direitos políticos e com as obrigações eleitorais em dia, comprovadas por certidão da Justiça Eleitoral;</p> <p>VIII – a apresentação de certidão da Ordem dos Advogados do Brasil, certificando que não responde ou foi punido em processo ético-disciplinar nos últimos 5 (cinco) anos;</p> <p>IX – não ter sido condenado por improbidade administrativa, com perda do cargo ou função pública, há menos de 10 (dez) anos.</p>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



FLB:
PROC:
DATA: / /
ASS:

**ANEXO III**  
**DAS PROVAS**

PROVA / TIPO	ÁREA DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE QUESTÕES	CARÁTER
<b>(P<sub>1</sub>) Objetiva</b>	<b>Direito Administrativo</b>	<b>15</b>	<b>Eliminatório e Classificatório</b>
	<b>Direito Constitucional</b>	<b>15</b>	
	<b>Direito Processual Civil</b>	<b>15</b>	
	<b>Legislação Municipal</b>	<b>10</b>	
	<b>Direito Tributário</b>	<b>10</b>	
	<b>Direito Financeiro</b>	<b>5</b>	
	<b>Direito do Trabalho e Processual do Trabalho</b>	<b>5</b>	
	<b>Direito Previdenciário</b>	<b>5</b>	
	<b>Direito Civil e Empresarial</b>	<b>5</b>	
	<b>Direito Urbanístico e Ambiental</b>	<b>5</b>	
	<b>Direito Penal</b>	<b>5</b>	
<b>Direito Processual Penal</b>	<b>5</b>		

PROVA/TIPO	ÁREA DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE QUESTÕES	CARÁTER
<b>(P<sub>2</sub>) Discursiva</b>	<b>3 (três) questões práticas, sendo:</b>  <b>- 1 (uma) Direito Administrativo</b> <b>- 1 (uma) Direito Constitucional</b> <b>- 1 (uma) Direito Tributário</b>  <b>1 (uma) Peça Jurídica:</b>  <b>- Temática: Administrativo e ou Constitucional</b>		<b>Eliminatório e Classificatório</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



FLB:
PROC:
DATA: / /
ASS:

**ANEXO IV**

**HORÁRIO DA PROVA**

<b>NOMENCLATURA</b>	<b>TARDE</b>
PROCURADOR MUNICIPAL – CLASSE 1, NÍVEL I	X



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



FLB:	
PROC:	
DATA:	/ /
ASS:	

**ANEXO V**

- 1) HABILIDADES** – os itens das provas deverão avaliar habilidades que vão além do mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, com o intuito de valorizar a capacidade de raciocínio. Cada item das provas poderá contemplar mais de um objeto de avaliação.
- 2) CONHECIMENTO** – Nas provas, serão avaliados, além das habilidades, conhecimentos conforme descritos a seguir:

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**PROGRAMA**

1. Administração Pública. Conceito, natureza e fins. Estrutura Administrativa. Atividade Administrativa. Administração Pública e Governo. A Administração Pública e os regimes jurídicos público e privado. Poderes da Administração. Evolução da Administração Pública. Reformas administrativas no Brasil.
2. Direito Administrativo. Conceito. Fontes. Evolução histórica. Direito Administrativo no Brasil.
3. Regime Jurídico-Administrativo. Relação Jurídico-Administrativa. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo.
4. Organização Administrativa: Desconcentração de competências. Descentralização política e administrativa. Administração Direta e Indireta. Autarquias, empresas estatais e fundações: conceito, natureza e regime jurídico, características, controle. Agências reguladoras e executivas. Evolução e tendências da organização administrativa.
5. Entidades Paraestatais e Terceiro Setor. Conceitos. Serviços sociais autônomos. Entidades de apoio. Organizações Sociais. Organizações da sociedade civil de interesse público. Contratos de gestão. Parceria público-privada. Consórcios públicos. Canais de participação. Administração pública participativa.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



FLB:	
PROC:	
DATA:	/ /
ASS:	

Governança social. Marco Regulatório das Parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil (Lei Federal nº 13.019/14), regulamentada no âmbito local pelo Decreto Municipal nº. 9.105/18.

6. Ato Administrativo. Conceito, requisitos, elementos, atributos, classificações. Perfeição, validade e eficácia. Extinção. Vinculação e discricionariedade.

7. Procedimento Administrativo. Conceito, requisitos, importância, objetivos, fases, espécies, fundamentos constitucionais.

8. Contrato Administrativo. Conceito, características, modalidades. Execução, direitos e obrigações. Extinção.

9. Licitação. Conceito e finalidades. Princípios. Modalidades. Procedimento licitatório. Anulação e revogação da licitação. Recursos Administrativos.

10. Serviço Público. Conceito. Serviço público e outras atividades da Administração: distinção. Imposições e limites constitucionais para sua caracterização. Direito dos usuários. Concessão e permissões de serviço público e seus regimes jurídicos. Poderes, deveres e direitos do delegante, do delegatário e dos usuários. Política tarifária. Extinção da concessão e da permissão.

11. Agentes Públicos. Espécies. Organização do serviço público. Cargo, emprego e função. Regime constitucional dos servidores. Direitos e deveres dos servidores. Responsabilidade do agente público.

12. Domínio Público. Bens públicos: regimes jurídicos, aquisição e alienação. Uso de bem público por particular.

13. Intervenção do Estado na Propriedade Privada. Função social da propriedade. Ocupação temporária. Requisição. Limitação administrativa. Servidão administrativa. Tombamento. Desapropriação. Terras devolutas.

14. Atuação do Estado no domínio econômico. Monopólio. Repressão ao abuso do poder econômico. Criação de empresas estatais.

15. Direitos Subjetivos Públicos e Obrigações Públicas. Conceito. Fontes. Lesão do direito do administrado por procedimentos ativo ou omissivo da Administração. Situações contenciosas nascidas de violação dos direitos públicos subjetivos do administrado. Iniciativa de promover a apreciação judicial. Execução voluntária das obrigações públicas. Execução coativa: meios diretos e indiretos de coerção em via administrativa.

16. Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado. Fundamentos e ca-





## PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



FLB:	
PROC:	
DATA:	/ /
ASS:	

racterísticas. Evolução da responsabilidade do Estado por atos administrativos. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade. Reparação do dano. Ação regressiva. Responsabilidade por atos legislativos e jurisdicionais. Excludentes da responsabilidade do Estado.

17. Controle da Administração Pública. Conceito, abrangência, Controle interno e externo. Controle administrativo, legislativo e jurisdicional. Controle exercido pelo Tribunal de Contas. Discricionariedade administrativa e controle judicial. A evolução do controle da Administração Pública no Brasil. Proteção aos direitos individuais, coletivos e difusos. Controle de gestão. Lei de Responsabilidade Fiscal. Crimes Contra a Administração Pública.

18. Improbidade Administrativa.

19. Ação de Desapropriação

20. Estatuto das Cidades.

21. Súmulas, enunciados e informativos jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

### DIREITO CONSTITUCIONAL

#### PROGRAMA

1. Constitucionalismo: 1.1. Conceito. 2. Evolução histórica. 3. O constitucionalismo no Brasil. 4. As constituições brasileiras.

2. Poder constituinte: 2.1. Conceito, natureza e titularidade. 2.2. Poder constituinte material e formal. 2.3. Poder constituinte originário e derivado.

2.4. Limitações ao poder constituinte derivado. 2.5. Poder constituinte decorrente: espécies, caracteres e limitações. 2.6. Reforma e revisão constitucional. 2.7. Mutação constitucional.

3. Constituição: 3.1. Conceito. 3.2. Classificação das Constituições. 3.3. Estrutura e elementos das constituições. 3.4. Funções das constituições. 3.5. Normas constitucionais: classificações, aplicabilidade e eficácia.

5. Hermenêutica constitucional: 5.1. Métodos de interpretação da Constituição. 5.2. Princípios e técnicas de interpretação constitucional. 5.3. Princípios e regras. 5.4. Ponderação de bens ou valores. 5.5. Limites da interpretação constitucional.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



FLB:	
PROC:	
DATA:	/ /
ASS:	

6. Princípios constitucionais e princípios fundamentais da Constituição de 1988.
7. Controle de constitucionalidade: 7.1. Conceito. 7.2. Pressupostos de constitucionalidade das espécies normativas. 7.3. Espécies de controle de constitucionalidade. 7.4. Ação direta de inconstitucionalidade. 7.5. Ação declaratória de constitucionalidade. 7.6. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão. 7.7. Alegação de descumprimento de preceito fundamental. 7.8. Reclamação. 7.9. Controle concentrado de constitucionalidade em âmbito estadual. 7.10. Controle de Constitucionalidade de normas jurídicas municipais.
8. Direitos e Garantias Fundamentais: 8.1. Direitos e deveres individuais e coletivos. 8.2. Direitos sociais. 8.3. Nacionalidade. 8.4. Direitos políticos. 8.5. Partidos políticos. 8.6. Ações constitucionais: *habeas corpus*, mandado de segurança individual e coletivo, mandado de injunção, ação popular, *habeas data*. 8.7. Ação Civil Pública.
9. Organização do Estado: 9.1. Espécies ou tipos de formas de Estado. 9.2. Estado Federal: características. 9.3. Organização político-administrativa do Estado Brasileiro. 9.4. União, Estados Federados, Municípios, Distrito Federal e Territórios. 9.5. Repartição de competências. 9.6. Intervenção. 9.7. Administração Pública.
10. Organização dos Poderes: 10.1. Poder Legislativo: organização e atribuições; Congresso Nacional; Câmara dos Deputados; Senado Federal; processo legislativo; fiscalização contábil, financeira e orçamentária; Tribunais de Contas. 10.2. Poder Executivo: organização e atribuições; responsabilidade do Presidente da República; Ministros de Estado; Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional. 10.3. Poder Judiciário: organização e atribuições. 10.4. Funções essenciais à Justiça.
11. Município: 11.1. Autonomia político-administrativa; lei orgânica; competências. 10.2. Poder Legislativo: organização, atribuições e responsabilidades. 11.3. Poder Executivo: organização, atribuições e responsabilidades. 11.4. Fiscalização: controles interno e externo.
12. Defesa do Estado e das instituições democráticas: 12.1. Estado de Defesa e Estado de Sítio; 12.2. Forças Armadas. 12.3. Segurança Pública.
13. Tributação e Orçamento: 13.1. Sistema tributário nacional. 13.2. Finanças públicas.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



FLB:	
PROC:	
DATA:	/ /
ASS:	

14. Ordem econômica e financeira: 14.1. Princípios gerais da atividade econômica. 14.2. Política urbana. 14.3. Política agrícola e fundiária.
15. Sistema financeiro nacional.
16. Ordem Social: 16.1. Seguridade Social: saúde, previdência social, assistência social. 16.2. Educação. 16.3. Cultura e Desporto. 16.4. Ciência, tecnologia e inovação. 16.5. Comunicação social. 16.6. Meio ambiente. 16.7. Família, criança, adolescente, jovem e idoso. 16.8. Índios.
17. Disposições constitucionais gerais e transitórias.
18. Súmulas, enunciados e informativos jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

#### PROGRAMA

1. Código de Processo Civil.
2. Processo e Constituição. A Constitucionalização do processo civil. Princípios constitucionais do processo civil. Inafastabilidade do controle jurisdicional. Direitos fundamentais e processo. A conexão entre os princípios do contraditório e da fundamentação das decisões jurisdicionais.
3. Normas de Direito Processual Civil. Natureza jurídica, fontes, princípios e garantias processuais civis, interpretação e direito processual intertemporal.
4. Jurisdição: conceito, características, escopo, elementos, princípios e espécies. Jurisdição voluntária. Equivalentes jurisdicionais: autotutela, autocomposição, mediação (Lei Federal nº 13.140/15), arbitragem. Aplicação no Âmbito da Fazenda Pública.
5. Ação: teorias, classificação, elementos, condições e cumulação. Perspectiva constitucional do direito de ação. Direito subjetivo, pretensão, ação de direito material e ação de direito processual: distinções. O vínculo entre as condições da ação e o mérito da causa.
6. Competência: em razão do valor e da matéria. Competência funcional e territorial. Modificações de competência e declaração de incompetência.
7. Sujeitos do processo. Partes e procuradores. Do Juiz. Advocacia Pública.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



FLB:	
PROC:	
DATA:	/ /
ASS:	

Defensoria Pública. Ministério Público. Litisconsórcio. Assistência. Intervenção de terceiros.

8. Processo: teorias, pressupostos processuais, atos processuais, lugar, tempo e forma dos atos processuais, prazos, comunicação dos atos processuais, distribuição e registro, valor da causa. Formação, suspensão e extinção do processo.

9. Nulidades no processo civil.

10. Processo de conhecimento.

11. A atividade cognitiva do juiz e as técnicas de sumarização da cognição e dos procedimentos.

12. Procedimento comum ordinário: petição inicial, resposta do réu, revelia, providências preliminares, julgamento conforme o estado do processo, provas, indícios e presunções, audiência.

13. Instrução Probatória. Conceito e Objeto da Prova. Ônus da Prova. Carga Dinâmica do Ônus da Prova. O Procedimento Probatório. Antecipação da Prova e Prova Emprestada. A posição do Juiz na apreciação da Prova.

14. Sentença e coisa julgada: conceito, requisitos, vícios, efeitos e modalidades da sentença. Legitimidade das decisões judiciais. Classificações da sentença e as espécies de tutelas. Sentenças não satisfativas.

15. Tutelas Provisórias. 15.1. Tutelas de Urgências – Tutelas de Urgência Antecipadas: antecedentes e incidentes e Tutelas de Urgência Cautelares: antecedentes e incidentes. 15.2. Tutelas de Evidência.

16. Coisa julgada: conceito, requisitos, vícios, efeitos, modalidades e classificações. Os limites subjetivos, objetivos e temporais da coisa julgada. Eficácia preclusiva. A relativização da coisa julgada.

17. Processo nos Tribunais: uniformização de jurisprudência, declaração de inconstitucionalidade e ordem do processo nos tribunais.

18. Liquidação e cumprimento de sentença.

19. Meios de impugnação das decisões judiciais. Recursos: conceito, princípios, requisitos de admissibilidade e efeitos. Recursos em espécie. Reexame necessário. Ação rescisória. Lei Federal nº 8.038/90. Repercussão geral. Súmula. Súmula Vinculante. Lei Federal nº 11.417/06. Reclamação. Regimento Interno do TJ/MG, do STJ e STF.

20. Processo de execução: da execução em geral. As diversas espécies de execução. Defesas do devedor e de terceiros na execução. Remissão, suspensão



## PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



FLB:	
PROC:	
DATA:	/ /
ASS:	

e extinção do processo de execução.

21. Suspensão de eficácia de decisões contrárias ao Poder Público. Suspensão de Segurança. Suspensão de Cautelar. Suspensão de Tutela Antecipada.
22. A Fazenda Pública como parte no processo: polos ativo e passivo. Prerrogativas. Tutela antecipada, tutela específica. Ação de conhecimento e execução. A Fazenda nos procedimentos especiais.
23. Lei de Execução Fiscal (Lei Federal nº 6.830/80).
24. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa previstos no Código de Processo Civil e na legislação extravagante.
25. Processo eletrônico.
26. Súmulas, enunciados e informativos jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

### LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

#### PROGRAMA

1. Municípios: competências administrativa e legislativa. Função fiscalizadora do Poder Legislativo Municipal. Lei Orgânica do Município de Varginha - MG.
2. Servidores públicos: regimes jurídicos dos servidores municipais. Criação e extinção de cargos públicos. Vencimento, remuneração e subsídio dos servidores municipais. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Varginha - MG – Lei Municipal nº. 2.673/95 e alterações.
3. Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Município – PGM – Lei Complementar Municipal nº. 1/2017.
4. Legislação Tributária Municipal e Orçamento: Princípios Gerais. Código Tributário Municipal. Impostos municipais: ISS, ITBI e IPTU - Lei Municipal nº. 2.872/96 e alterações.
5. Lei de Responsabilidade Fiscal. Requisitos de legitimidade da despesa pública – Lei Complementar nº. 101/2000.
6. Código de Posturas do Município de Varginha - Lei Municipal nº. 2.962/97 e alterações.
7. Normas sobre o Parcelamento Urbano do solo urbano no Município de Varginha – Lei Municipal nº. 3.180/99. Lei de uso e ocupação do solo urbano –



## PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



FLB:	
PROC:	
DATA:	/ /
ASS:	

Lei Municipal nº. 3.181/99.

8. Regulamentação da lei de acesso à informação – Lei Municipal nº. 5.729/13.

9. Estrutura organizacional administrativa do Município de Varginha – Lei Municipal nº. 6.370/17.

10. Lei de Reorganização do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos do Município de Varginha – MG, Cria o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Varginha – INPREV e dá outras providências – Lei Municipal nº. 4.965/08.

11. Entendimento dos tribunais superiores.

12. Súmulas, enunciados e informativos jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

### DIREITO TRIBUTÁRIO

#### PROGRAMA

1. O Sistema Tributário Nacional estabelecido pela Constituição.
2. Limitações ao poder de tributar: competência tributária, imunidades e princípios.
3. Lei complementar em matéria tributária.
4. Repartição de receitas tributária.
5. Conceito de tributo. 5.1. Espécies tributárias. 5.2. Espécies não tributárias.
6. Impostos municipais: ISSQn. IPTU e ITBI.
7. Fontes de direito tributário. 7.1. Interpretação e integração das leis tributárias. 7.2. Fato gerador. 7.3. Norma geral antielisão.
8. Obrigação tributária. 8.1. Sujeitos ativo e passivo. 8.2. Responsabilidade tributária. 8.3. Substituição tributária. 8.4. Capacidade tributária.
9. Crédito tributário. 9.1. Constituição. 9.2. Lançamento. 9.3. Modalidades. 9.4. Efeitos. 9.5. Hipóteses de suspensão da exigibilidade, extinção e exclusão do crédito tributário.
10. Prescrição e decadência.
11. Garantias e privilégios de crédito tributário.
12. Administração tributária. Simples Nacional.
13. Código Tributário Nacional e legislação específica municipal.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



FLB:	
PROC:	
DATA:	/ /
ASS:	

14. Execução Fiscal.
15. Protesto de Certidão de Dívida Ativa.
16. Súmulas, enunciados e informativos jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

### DIREITO FINANCEIRO

#### PROGRAMA

1. Atividade financeira do Estado: conceito; o fenômeno financeiro; características e fins.
2. Receitas Públicas: conceito; evolução; classificação; disciplina jurídica e processamento.
3. Despesas Públicas: conceito; evolução; classificação; disciplina jurídica e processamento.
4. Dívida pública: conceito; evolução; classificação; disciplina jurídica e processamento.
5. Orçamento público: conceito e natureza jurídica; elementos essenciais; classificação; princípios orçamentários; regime constitucional; vedações constitucionais em matéria orçamentária.
6. Fiscalização e controle orçamentário.
7. Gestão Patrimonial.
8. Normas gerais de Direito Financeiro. 8.1. Lei nº 4.320, de 17/03/1964 (Lei de Finanças Públicas). 8.2. Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
9. Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012 (Capítulo III - Da Aplicação de Recursos em Ações e Serviços Públicos de Saúde - Seção V - Disposições Gerais). Súmulas, enunciados e informativos jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

### DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

#### PROGRAMA

1. Direito do trabalho. Princípios. Fontes. Direitos constitucionais dos trabalhadores (Art. 7º da Constituição Federal de 1988). Interpretação e aplicação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



FLB:	
PROC:	
DATA:	/ /
ASS:	

- Renúncia e transação. Direito do trabalho na Administração Pública.
2. Relação de trabalho e relação de emprego. Empregador e empregado. Regime celetista na Administração Pública.
  3. Regimes jurídicos funcionais. Regime estatutário. Regime trabalhista. Contrato temporário.
  4. Contrato de trabalho. Noção. Caracterização. Modalidades. Efeitos. Poderes. Elementos essenciais e acidentais. Nulidades. Formação, alteração, suspensão e interrupção do contrato de trabalho. Contratos com o Estado. Responsabilidade.
  5. Sujeitos do contrato de trabalho: empregado e empregador. Conceito e caracterização. Poderes do empregador no contrato de trabalho. Grupo econômico. Sucessão de empregadores. Responsabilidade do sócio retirante.
  6. Salário e remuneração. Proteção. Equiparação. Desvio de função.
  7. Extinção do contrato de trabalho. Causas. Modalidades. Efeitos. Justa causa. Estabilidade. Garantia do emprego. FGTS. Aviso prévio. Multas.
  8. Estabilidade e proteção contra a despedida arbitrária ou sem justa causa. FGTS. Garantias provisórias de emprego.
  9. Terceirização. Responsabilidade da Administração Pública na terceirização.
  10. Duração do trabalho. Horário. Jornada. Horas extras. Jornadas especiais. Intervalos. Regime de compensação.
  11. Repouso remunerados em geral. Férias.
  12. Segurança e medicina do trabalho. Trabalho insalubre e perigoso. Ergonomia e meio ambiente de trabalho. Normas gerais e especiais de tutela do trabalho. Proteção do trabalho da mulher. Proteção à maternidade. Proteção do trabalho do menor.
  13. Responsabilidade civil-trabalhista. Acidente de trabalho. Assédio. Indenização por dano material, moral e estético. Dano coletivo.
  14. Prescrição e decadência.
  15. Direito coletivo do trabalho. Conflitos coletivos. Acordos e convenções coletivas. Arbitragem e mediação.
  16. Organização sindical. Princípios. Unicidade sindical. Receitas sindicais. Sindicalização dos servidores públicos.
  17. Direito de greve. Greve do servidor público.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



FLB:	
PROC:	
DATA:	/ /
ASS:	

18. Direito processual do trabalho. Princípios. Fontes. Interpretação e aplicação.
19. Organização da Justiça do Trabalho. Composição e funcionamento. Comissões de conciliação prévia.
20. Competência da Justiça do Trabalho. Competência material. Competência territorial. Ações acidentárias e servidores públicos.
21. Dissídio coletivo. Processo e procedimento. Competência. Limites do poder normativo. Efeitos da sentença normativa.
22. Atos processuais e ritos procedimentais. Reclamação. *Jus postulandi*. Revelia. Exceções. Contestação. Reconvencção. Partes e procuradores. Audiência. Conciliação. Instrução e julgamento. Despesas processuais. Honorários advocatícios.
23. Provas. Teoria geral e ônus probatório. Provas em espécie.
24. Invalidades processuais.
25. Tutelas diferenciadas. Antecipação. Cautelares.
26. Liquidação de sentença.
27. Execução. Espécies e procedimentos. Execução contra a Fazenda Pública.
28. Recursos. Aspectos gerais e admissibilidade. Espécies.
29. Ação Rescisória.
30. Ente estatal perante a Justiça do Trabalho. Responsabilidade solidária e subsidiária. Prerrogativas da Fazenda Pública no Processo do Trabalho.
31. Ministério Público do Trabalho.
32. Súmulas, enunciados e orientações jurisprudenciais do Tribunal Superior do Trabalho.

### DIREITO PREVIDENCIÁRIO

1. Previdência e seguridade social: princípios constitucionais.
2. Previdência social: órgãos - regimes (geral e próprio) - segurados - beneficiários - inscrições - servidor público.
3. Salário de contribuição: empregado – trabalhador autônomo - trabalhador



## PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



FLB:	
PROC:	
DATA:	/ /
ASS:	

- avulso - empresário ou empregador - segurado facultativo - segurado especial - contribuição da empresa e do empregador doméstico - reajustamento.
- Benefícios previdenciários: carência - valor mensal - salário de benefício - reajustamentos - aposentados - auxílio doença - pensões - renda mensal vitalícia - abono anual - acumulação.
  - Tempo de contribuição: conceito - contagem - comprovação.
  - Contribuições de Seguridade Social e Previdenciárias do servidor e do ente federativo.
  - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Emendas Constitucionais nº 20/98, 41/2003 e 47/2005. Lei nº 8.080/90 (SUS).
  - Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998.
  - Lei nº 9.796, de 05 de maio de 1999.
  - Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
  - Proventos e pensões. Critérios de fixação, valor e reajuste.
  - Contagem recíproca do tempo de contribuição.
  - Segurados e dependentes do regime próprio.
  - Questões atuais: Reforma da Previdência.

### DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL

#### PROGRAMA

- Fontes do direito. Norma jurídica: características, elementos e classificação. Vigência, validade, eficácia, aplicação, hierarquia e revogação. Interpretação das leis. Conflito intertemporal e interespacial das leis. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.
- Pessoa natural: começo, fim, personalidade, capacidade, emancipação, registro civil e nome. Domicílio. Ausência, morte natural e presumida.
- Pessoa jurídica: conceito e classificação. Associações. Fundações. Desconsideração da personalidade jurídica.
- Direitos da personalidade. Direito à vida. Direito à integridade física. Direito à privacidade. Direito à honra. Direito à imagem. Direito ao nome e direito à identidade pessoal.
- Bens. Classificação e regime jurídico. Bem de família.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



FLB:	
PROC:	
DATA:	/ /
ASS:	

6. Fatos jurídicos. Conceito e classificação. Ato jurídico e negócio jurídico. Conceito e distinção. Existência, validade e eficácia. Defeitos do negócio jurídico. Condição, termo e encargo. Interpretação do negócio jurídico. Princípio da boa-fé objetiva. Princípio da conservação dos negócios jurídicos. Conversão, concentração e convalidação dos negócios.

7. Influência do tempo nas relações jurídicas. Prescrição. Decadência.

8. Obrigações. Conceito, fontes, elementos e caracteres da obrigação. Complexidade obrigacional e obrigação como processo. Modalidades das obrigações. Transmissão das obrigações. Adimplemento e extinção das obrigações. Adimplemento substancial. Inadimplemento e mora. Juros. Perdas e danos. Cláusula penal. Arras. Enriquecimento sem causa. Pagamento indevido.

9. Contratos. Noções gerais, conceito e classificação. Princípios de direito contratual. Responsabilidade pré-contratual. Formação dos contratos. Contrato Preliminar. Estipulação em favor de terceiro. Promessa de fato de terceiro. Contrato com pessoa a declarar. Vícios redibitórios. Evicção. Extinção dos contratos. Resolução e rescisão. Exceção de contrato não cumprido. Resolução por onerosidade excessiva. Revisão do contrato: teoria da Imprevisão e teoria da base do negócio jurídico.

10. Contratos em espécie. Compra e venda, permuta, doação, locação de coisas, mútuo, comodato, prestação de serviços, depósito, mandato, transporte, seguro, fiança, alienação fiduciária. Locação de imóveis urbanos. Lei n. 8.245/1991: disposições gerais, locação em geral, sublocações, aluguel, deveres do locador e do locatário, direito de preferência, benfeitorias, garantias locatícias, penalidades civis, nulidades, locação residencial, locação para temporada, locação não residencial.

11. Direitos reais: conceito, características e natureza jurídica. Posse. Propriedade. Superfície. Servidões. Usufruto. Uso. Habitação. Direito do promitente comprador. Direitos reais de garantia. Penhor, hipoteca e anticrese.

12. Ato ilícito e Responsabilidade civil. Caracterização do ato ilícito. Abuso de direito. Responsabilidade civil: conceito, fundamentos e pressupostos. Responsabilidade objetiva e responsabilidade subjetiva. Culpa. Nexo de causalidade. Excludentes de responsabilidade. Responsabilidade civil dos incapazes. Responsabilidade por fatos de terceiros. Responsabilidade por fatos das coisas. Perda de uma chance. Dano e indenização. Dano patrimonial, dano moral, dano



## PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



FLB:	
PROC:	
DATA:	/ /
ASS:	

existencial. Dano coletivo. Dano social. Da obrigação de indenizar. Da indenização.

13. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990). Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015).

14. Registros Públicos. Lei n. 6.015/73.

15. Teoria da empresa. Fundamentos do direito de empresa. Empresário: conceito, inscrição, capacidade, empresário individual, pequeno empresário. Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI). Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Nome empresarial. Estabelecimento. Registro da empresa.

16. Direito societário. Sociedades personificadas e não personificadas. Sociedades simples e sociedades empresariais. Classificação das sociedades empresárias. Sociedades anônimas. Lei n. 6.404/1976. Sociedades limitadas. Fundo de comércio. Ações e debêntures. Subscrição de capital. Regime jurídico dos sócios. Responsabilidade dos administradores de sociedades. Cooperativas. Transformação, incorporação, fusão e cisão. Relações entre sociedades: coligações de sociedades, grupos societários, consórcios, sociedade subsidiária integral, sociedade de propósito específico. Dissolução, liquidação e extinção das sociedades.

17. Direito Falimentar. Concurso de credores. Falência, recuperação judicial e recuperação extrajudicial. Processo falimentar.

18. Títulos de crédito: conceito, características e princípios. Classificação dos títulos de crédito. Cheque, letra de câmbio, nota promissória e duplicata. Aval e endosso. Protesto de títulos.

19. Contratos de locação de bens móveis e imóveis, contratos de prestação de serviços e contratos bancários.

20. Súmulas, enunciados e informativos jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

### **DIREITO URBANÍSTICO E AMBIENTAL**

#### **PROGRAMA**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



FLB:	
PROC:	
DATA:	/ /
ASS:	

1. Regime constitucional de Política Urbana Federal e Estadual (Minas Gerais);
2. Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001);
3. Princípios do direito urbanístico;
4. Função social da propriedade;
5. Funções sociais da cidade;
6. Perímetro urbano;
7. Estatuto da Metrôpole (Lei Federal nº 13.089/2015);
8. Instrumentos de Política Urbana previstos no Estatuto da Cidade;
9. Parcelamento do solo urbano (Lei Federal nº 6.766/79);
10. Regime de regularização fundiária (Lei nº 13.465/2017);
11. Política Nacional de Mobilidade (Lei Federal nº 12.587/2012);
12. Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (Lei Federal nº 11.124/2005);
13. Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Varginha (Lei Municipal nº. 3.180/99 e alterações).
14. Princípios do Direito Ambiental;
15. Responsabilidade civil por dano ambiental;
16. Competência em matéria ambiental;
17. Sistema Nacional do Meio Ambiente;
18. Instrumentos da Política Nacional Ambiental (zoneamento ambiental, zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, Estudo Prévio de Impacto Ambiental, Licenciamento Ambiental, Auditoria Ambiental, Parcelamento do Solo Urbano);
19. Sistema Nacional de Unidades de Conservação;
20. Áreas de Preservação Permanente;
21. Áreas de Reserva Legal;
22. Política Nacional de Recursos Hídricos;
23. Segurança de barragens;
24. Política Nacional de Resíduos Sólidos;
25. Política Nacional de Saneamento Básico;
26. Infrações administrativas ambientais e crimes ambientais.
27. Súmulas, enunciados e informativos jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



FLB:	
PROC:	
DATA:	/ /
ASS:	

### DIREITO PENAL

#### PROGRAMA

1. Princípios básicos do Direito Penal;
2. A lei penal: características; fontes; interpretação; vigência e aplicação. Lei penal no tempo e no espaço. Imunidade. Condições de punibilidade. Concurso aparente de normas;
3. Teoria geral do crime: conceito; objeto; sujeitos; conduta; tipicidade; culpabilidade. Bem jurídico. Tempo e lugar do crime. Punibilidade. Erro. Concurso de crimes e crime continuado;
4. Concurso de agentes: autoria e participação. Conduta delituosa. Resultado. Relação de causalidade. Imputação;
5. Teoria do tipo. O tipo do crime doloso e o tipo do crime culposo. Crime qualificado pelo resultado e crime preterdoloso. Erro de tipo. Classificação jurídica dos crimes. Crimes comissivos e crimes omissivos. Crimes de dano e de perigo. Punibilidade: causas de extinção da punibilidade. Iter criminis. Consumação e tentativa. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível;
6. Ilicitude. Causas de exclusão da ilicitude: estado de necessidade; legítima defesa; estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito;
7. Teoria geral da culpabilidade: fundamentos; conceito; elementos e conteúdo. Princípio de culpabilidade. Culpabilidade e pena. Causas de exclusão da culpabilidade. Imputabilidade. Erro de proibição;
8. Teoria geral da pena. Cominação das penas. Penas privativas de liberdade. Penas restritivas de direitos. Regimes de pena. Pena pecuniária. Aplicação da pena. Os fins da pena. Livramento condicional e suspensão condicional da pena. Efeitos da condenação;
9. Responsabilidade penal das pessoas jurídicas. Crimes contra o meio ambiente. Crimes contra a economia popular. Crimes contra as relações de consumo no Código de Defesa do Consumidor. Crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo;
10. Crimes contra a Administração Pública. Crimes de responsabilidade. Crimes de abuso de autoridade. Crimes nas licitações e contratos da Administração





## PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



FLB:	
PROC:	
DATA:	/ /
ASS:	

Pública. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra a fé-pública. Crimes militares.

11. Súmulas, enunciados e informativos jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

### **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

#### **PROGRAMA**

1. Princípios gerais. Garantias constitucionais do processo. Aplicação da lei processual penal. Inquérito e ação penal. Procedimento. Garantias do investigado. Atribuições da autoridade policial;
2. Jurisdição. Competência. Conexão e continência. Prevenção. *Perpetuatio jurisdictionis*. Conflito de competência. Procedimento da ação penal originária nos tribunais;
3. Provas. Procedimento probatório. Presunções. Índícios. Valoração. Provas ilícitas;
4. Processo: finalidade, pressupostos e sistemas. Procedimentos: crimes apenados com reclusão; crimes apenados com detenção; contravenção; crimes de abuso de autoridade; crimes de responsabilidade; crimes contra o meio-ambiente; crimes contra a economia popular;
5. Atos processuais. Forma. Lugar. Tempo. Despachos. Decisões interlocutórias. Sentenças. Comunicações, forma, lugar, prazo. Citações e intimações. Revelia. Fixação da pena. Nulidades;
6. Prisão. Flagrante. Temporária. Preventiva. Especial. Domiciliar. Liberdade Provisória. Relaxamento de Prisão;
7. Recursos.
8. Processo nos crimes: de abuso de autoridade, de responsabilidade dos funcionários públicos;
9. *Habeas Corpus*.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



FLB:	
PROC:	
DATA:	/ /
ASS:	

**ANEXO VI**

**CRONOGRAMA PREVISTO PARA REALIZAÇÃO DO CONCURSO**

<b>DATA</b>	<b>ATIVIDADE</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Setembro/ Novembro - 2019 (75 dias)	Edital de Licitação.	Departamento de Suprimentos.
15.11.2019	Assinatura do CONTRATO – <b>PRESENCIAL.</b>	Procuradoria Geral do Município – PGM.
16.11.2019 a 10.12.2019	Elaboração de Edital de Concurso.	Pela empresa contratada.
16.12.2019	Apresentação do Edital pela empresa contratada - <b>PRESENCIAL</b>	Município de Varginha / Procuradoria Geral do Município – PGM.
19.12.2019	Publicação do Edital no Órgão Oficial do Município.	Município de Varginha.
19.12.2019	Publicação do extrato do Edital no “Diário Oficial do Estado de Minas Gerais”.	Pela empresa contratada.
20.12.2019 a 24.12.2019	Prazo para impugnação do Edital do concurso.	Sítio eletrônico da empresa contratada.
31.12.2019	Julgamento dos recursos sobre o Edital.	Pela empresa contratada.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



FLB:
PROC:
DATA: / /
ASS:

DATA	ATIVIDADE	OBSERVAÇÃO
01.01.2019 a 15.02.2020	Análise do Edital pelo Tribunal de Contas conforme Instrução Normativa nº 008/2009 e/outras pertinentes.	Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.
16.02.2020 a 16.03.2020	Período de Inscrições dos Candidatos.	Exclusivamente pela internet através do sítio eletrônico da empresa contratada.
17.03.2020	Divulgação da relação de inscrições.	Sítios eletrônicos da empresa contratada e do Município.
18.03.2020 a 20.03.2020	Prazo para recursos sobre as inscrições.	Sítio eletrônico da empresa contratada.
26.03.2020	Julgamento dos recursos sobre as inscrições.	Pela empresa contratada.
27.03.2020	Divulgação do local e horário de realização das provas objetivas, na cidade de Varginha-MG.	Sítios eletrônicos da empresa contratada e do Município.
<b>05.04.2020</b>	<b>Realização da Prova objetiva.</b>	<b>Contratada</b>
06.04.2020	Divulgação dos gabaritos da Prova Objetiva.	Sítios eletrônicos da empresa contratada e do Município.
07.04.2020 a 09.04.2020	Prazo para protocolo de recurso sobre os gabaritos das Provas Objetivas.	Sítio eletrônico da empresa contratada.
15.04.2020	Disponibilização do julgamento dos recursos sobre os gabaritos da Prova objetiva.	Sítio eletrônico da empresa contratada.
16.04.2020	Divulgação do resultado / classificação da primeira etapa – Prova objetiva.	Sítios eletrônicos da empresa contratada e do Município.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



FLB:
PROC:
DATA: / /
ASS:

DATA	ATIVIDADE	OBSERVAÇÃO
17.04.2020 a 21.04.2020	Prazo para protocolo de recurso sobre o resultado da primeira etapa – Prova objetiva.	Sítio eletrônico da empresa contratada.
27.04.2020	Disponibilização do julgamento dos recursos referentes ao resultado da Prova objetiva.	Sítio eletrônico da empresa contratada.
27.04.2020	Convocação dos candidatos aprovados e divulgação do local e horário de realização da prova discursiva, na cidade de Varginha-MG.	Sítios eletrônicos da empresa contratada e do Município.
<b>10.05.2020</b>	<b>Realização da prova discursiva</b>	<b>Contratada.</b>
<b>20.05.2020</b>	<b>Apresentação de documentos comprobatórios de Títulos pelos candidatos, nos termos do Edital do Concurso.</b>	Relação e forma a serem divulgadas no sítio eletrônico da empresa contratada.
<b>29.05.2020</b>	<b>Divulgação do resultado final.</b>	Sítios eletrônicos da empresa contratada e do Município.
29.05.2020	Entrega de dispositivo eletrônico “Pen Drive” contendo os dados e as informações completas do concurso.	Pela empresa contratada.